

# Racismo Ambiental como uma violência colonial: Um enfrentamento urgente e coletivo!



Ana Sanches



Mariana Belmont

A crise ecológica e climática na qual vivemos é uma das maiores problemáticas do nosso século, isso porque ela evidencia as desigualdades sociais, demonstrando que, os impactos negativos das mudanças climáticas, como as catástrofes ambientais impactam de forma desproporcional populações pobres e racializadas. De acordo com o relatório especial da ONU<sup>1</sup>, sobre Formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância, a crise ecológica, a relatora Tendayi Achiume, aponta:

Não pode haver mitigação ou resolução significativa da crise ecológica global sem uma ação específica para enfrentar o racismo sistêmico, em particular os legados raciais históricos e contemporâneos do colonialismo e da escravidão.

No Brasil, mais de 140 organizações da sociedade civil assinaram uma carta propondo Uma adaptação climática Antirracista<sup>2</sup>, enviada ao governo federal no início de 2023 baseada nos dados históricos e recentes sobre as populações impactadas pelas fortes chuvas e por planejamentos territoriais que desconsideram a vulnerabilidade das populações impactadas nas cidades.

De acordo com o estudo “Racismo Ambiental e justiça socioambiental nas cidades”<sup>3</sup>, realizado pelo Instituto Pólis, mostram que as famílias de baixa renda se concentram em áreas menos dotadas de infraestrutura e serviços ambientais básicos e nesses mesmos territórios, são onde concentram as populações pretas e pardas, e com domicílios chefiados por mulheres de baixa renda e apontam que a distribuição das situações de risco nas cidades demonstra que a população de baixa renda e negra é a que está mais exposta a inundações e enchentes (risco hidrológico) ou a deslizamentos (risco geológico).

Nesse sentido, esta edição traz consigo uma relevância e uma reparação histórica no debate ambiental, trazendo discussões, propostas e problemáticas sobre as lutas por Justiça Ambiental e contra o Racismo

1. <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2F77%2F549&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>

2. <https://adaptacaoantirracista.org.br/>

3. <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

Ambiental no Brasil. E nós, pesquisadoras e ativistas periféricas, seguimos denunciando as violências coloniais em territórios brasileiros, que ocorrem desde 1500, data que marca a invasão portuguesa em terras indígenas.

Invasão essa que degradou, matou e destruiu a natureza humana e não humana deste território, que chamamos hoje de Brasil. Este mesmo local no qual se encontra a maior diáspora Africana, que demarcou o futuro de seus descendentes sem direito à terra, território, alimento, água, casa, afeto, reconhecimento e vida digna, mas não impediu a (re) existência.

Por este motivo, relembramos que os povos tradicionais indígenas e quilombolas são os que nos ensinam sobre enfrentamentos, lutas e resistência ao habitar colonial, sendo os maiores defensores da vida humana e do meio ambiente.

E lembrar da obra Lugar de Negro, que Lélia Gonzalez lançou em 1982, com Carlos Hasenbalg, pela editora Marco zero, Lélia escreveu:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais, cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje. O critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

A luta por uma justiça ambiental e contra o racismo ambiental é uma luta ancestral e seguimos disputando essa batalha, de forma coletiva, nos mais diversos espaços. Nesse sentido, buscamos trazer aqui experiências de lideranças que transitam entre os mais diversos territórios: rurais e urbanos e dos mais diversos saberes, tanto acadêmico, quanto populares, para apresentar a pluralidade de pensamentos e reflexões sobre os enfrentamentos por uma justiça climática e ambiental no Brasil, tema que nos

últimos anos foi centralizado em um pensamento do norte global, por homens brancos descendentes dos que enviaram seus navios para América Latina.

Chico Mendes é lembrado nesta edição, é a história sendo contada, por sua filha e neta, Angela e Angélica Mendes, mas também para nos lembrar que direitos humanos é a centralidade do que devemos lutar. E nos faz refletir através de sua fala icônica:

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.

A cena nos transporta entre os territórios onde a política da sobrevivência é permanente e os territórios da classe média, que não abre mão do seu privilégio branco de morar bem. Tudo circula pelo caminho dos textos apresentados. É o que nos lembra Gisele Brito quando faz um alerta importante:

Primeiro, não se pode dizer que não há planejamento em São Paulo. O lugar de cada grupo social é fortemente planejado, o que se comprova pela intensa segregação que caracteriza o município. O gueto branco do chamado eixo sudoeste é um projeto, que se iniciou no início do século XX e segue em curso e cuja continuidade está no centro de todas as ações do Estado e da capital.

O racismo ambiental não é um tema novo, já foi denunciado pelos movimentos negros e indígenas em fóruns nacionais e internacionais. Vale lembrar que tanto o conceito de Racismo Ambiental, quanto o conceito de Justiça Ambiental foram construídos por ativistas negros, lutadores por direitos civis nos Estados Unidos, sendo eles Benjamin Chavis e Robert Bullard, que perceberam que havia uma desproporcionalidade dos efeitos negativos de questões ambientais, no qual o despejo de resíduos tóxicos afetava majoritariamente a população negra e periférica na Carolina do Norte. Seguindo esses passos, nossos convidados para compor a revista nos apresentam essa realidade, são lideranças e pesquisadores sobre um tema central e estruturante na vida das pessoas no Brasil.

No texto da Izabela Penha de Oliveira Santos e do Victor de Jesus, eles trazem um tema importante e com pouca visibilidade ainda na mídia ou nos

debates da sociedade, que é a morte de pessoas negras e pobres por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, que é uma realidade no Brasil. A complexidade do tema e a situação de diversas cidades do país é grave e atravessa a população negra, principalmente as mulheres negras dos territórios vulnerabilizados, chamando atenção para a necessidade de repensarmos quem governa as cidades e constroi as políticas públicas.

Temos a honra e oportunidade de ler referências atuais, como é o caso das quilombolas Vercilene Francisco Dias e Andréa Souza Bomfim, duas advogadas importantes para o movimento e para a história. Elas nos mostram que os povos quilombolas possuem uma íntima relação com o meio ambiente — são guardiões da terra, florestas, águas, manguezais e mares e nos apresentam dados concretos da situação da população quilombola no Brasil, que segue na luta por titulação de seus territórios.

É importante dizer que, sem adaptação climática as pessoas seguirão morrendo em seus territórios, perdendo história e tudo que conseguiram com muito trabalho. O debate ambiental atravessa a vida da população brasileira cotidianamente, por isso é muito importante também ouvir a juventude, articulações potentes que avançam todos os dias em busca de direitos. Nas cidades ou no campo, a força da voz de jovens como Amanda Costa e Hannah Balieiro são ouvidas pelo mundo, com soluções e denúncias. É sobre esta realidade que vamos ler no texto produzido por essas jovens que vivem na Mata Atlântica e na Amazônia, duas realidades diferentes e próximas.

Diego Pereira e Thiago Amparo nos apresentam uma escrita enfatizando que é preciso correlacionar raça, clima e direito, que isso é uma possibilidade de se fazer justiça, mas a justiça climática que é amálgama desse tripé, necessariamente deve dialogar com o combate ao racismo.

Agnes Alencar, Laryssa Owsiany e Priscilla dos Reis Ribeiro, apontam caminhos de ética e de fé e uma alternativa viável de coexistência não predatória e harmoniosa com o planeta, nos lembrando da importância da luta coletiva e do respeito mútuo à todas as formas de vida e religiosidades, bem como um olhar para a natureza como uma manifestação divina para o bem viver.

Por fim, Pamela Casimiro faz uma crítica ao modelo de vida de forma “gameficada”, baseada na exploração de corpos e de seus territórios.

A oralidade se fez presente nesta edição, através de palavras de vozes negras atlânticas, como Nego Bispo, que nos presenteia com sua poesia, nos mostrando que o quilombo é riqueza, e, não foi e não será colonizado!

Selma Dealdina, nos conta que a luta quilombola é um movimento em movimento, e que está em todo território brasileiro, resistindo para existir, com organização e persistência, realizada, principalmente por mulheres negras.

Por fim, Malcom Ferdinand e Guilherme Moura Fagundes dialogam entre-mundos e nos revelam a importância da luta negra dentro da reconstrução do socioambientalismo através do conceito de Racismo Ambiental e de Justiça Ambiental. Ferdinand e Fagundes apontam possíveis caminhos e lutas negras para refletirmos outras formas de habitar a terra para construir um futuro ambientalmente e racialmente justo.

Desejamos uma boa leitura e que esses escritos possam inspirar novas confluências!

Axé!

